
ATA Nº. 17

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
30-06-2016**

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, Mário André Balsa Gonçalves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, Sara Paula Caetano Domingos e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva e Rui Vítor Pires Bragança. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Carla Sofia Roma de Oliveira e Marco Filipe Sá Geração. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Telma Cristina Antunes Jorge, António Silvino Costa Ferreira e Marisa Sofia Cordeiro Parreira. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, José David da Silva Ribeiro, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha e Luís Filipe Dias Grácio. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e duas horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que apresentaram renúncia ao mandato e suspensão do mandato por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substituiu Luís Filipe Dias Grácio, que renunciou ao mandato, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Fernando José Guia Barbosa, que substituiu Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Ana Luísa de Barros Madureira, que substituiu João Sebastião Coutinho Lima Canaverde. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Em relação a esta última tomada de posse, que agora já fica definitiva, todos conhecem os motivos da renúncia ao mandato do Luís Grácio, aliás, é por isso que ele está do outro lado da bancada. -----

Envie-lhe um email a dizer que foi para nós uma honra e um privilégio poder colaborar com ele como membro nesta Assembleia Municipal, agora está noutras funções, mas não deixa assim de acompanhar como é óbvio e de uma forma mais direta e empenhada, porque fazendo parte do executivo a vida política e a vida do concelho. -----

Quero também agradecer, de certa forma ao não terem manifestado oposição, até mesmo aqueles que são menos adeptos do futebol, manifestaram a sua concessão a que pudéssemos atrasar a sessão 60 minutos”. -----

Seguidamente colocou a ata número quinze à votação. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO QUINZE -----

A ata número quinze, referente à sessão realizada em 26 de fevereiro de 2016, foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão. -----

Referiu ainda o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: “Existiu um lapso e eu pela minha parte assumo o erro, trata-se do ponto número quatro da ordem dos trabalhos, que constava da reunião de câmara, mas tratou-se de uma aclaração que a câmara necessitou de fazer em relação a esse assunto, não sendo nenhuma alteração ao regulamento este ponto será retirado. -----

O ponto quatro será retirado, o ponto número cinco passará a ponto número quatro e o ponto número seis passará a ponto número cinco. -----

Foi enviado a todos os membros para conhecimento o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, agora que foi assinado e formalmente existe, foi pedido em reunião de comissão permanente, que fosse dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para mais sucintamente possível dizer do que consta o PEDU. -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “O PEDU resulta de uma candidatura, que foi possível abrir essa candidatura na região centro a cerca de 32 municípios, 10 em grandes municípios que são chamados centros urbanos regionais, que são as grandes cidades do centro e 22 centros urbanos estruturantes dos quais se inclui o Entroncamento. -----

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, está estruturado em três dimensões: -----

Uma dimensão de mobilidade urbana. -----

Uma dimensão de regeneração urbana. -----

Uma dimensão de comunidades desfavorecidas em zonas urbanas. -----

Para cada uma destas dimensões, apresentámos um conjunto de objetivos específicos e de ações e a própria dotação financeira ao nível da região centro para este programa, estava igualmente distribuído por essas três dimensões. -----

A prioridade de investimento 4.5 que é a mobilidade urbana, tinha uma dotação global de 29.200.000,00 de euros. -----

A dotação para a regeneração urbana, a prioridade de investimento 6.5, tinha uma dotação de 131.000.000,00 de euros. -----

A dotação para a prioridade de investimento 9.8, comunidades desfavorecidas, tinha 18.800.000,00 de euros. -----

Um total de 179.000.000,00 de euros para a região centro, para apoiar investimentos essencialmente de natureza pública, durante os seis anos, desde 2014 a 2020. -----

Como devem calcular, a expectativa de valor para cada uma destas cidades, não seria muito grande, porque 179.000.000,00 de euros para 32 cidades, havendo aqui cidades como Coimbra, Viseu ou Aveiro, com outras dimensões as expectativas para todos nós não foram muito relevantes. -----

Nós fizemos a nossa candidatura e em resultado da negociação com o Centro 2020, nós vimos aprovado um PEDU para 2014/2020, como só foi aprovado em 2016, é natural que depois venha a ser estendido para 2021 ou 2022. -----

Tivemos uma negociação que resultou de 12.900.000,00 milhões de euros, de investimento público e privado, na medida em que há também uma componente de apoio ao investimento privado, ainda que não seja clara como é que vai ser operacionalizada. -----

Nós criámos três ARU`s, que também já foi dada essa informação à assembleia, justamente para potenciar os investimentos públicos no âmbito do PEDU e potenciar igualmente os investimentos privados dentro dessas Áreas de Reabilitação Urbana. -----

Um dos elementos necessários para candidatura ao PEDU, era justamente nós termos Áreas de Reabilitação Urbana aprovadas. -----

O investimento de 12.900.000,00 de euros é basicamente metade público e metade privado, essa era uma das condições em que, só haveria apoio ao investimento público, na medida que houvesse investimento privado, no entanto o investimento privado o apoio ainda não se sabe qual é, fala-se apenas ao nível da bonificação da taxa de juro e empréstimos garantidos por um período mais longo. -----

O investimento autárquico terá o apoio em princípio de 85% dos investimentos elegíveis e nessa perspetiva, nós vimos aprovado pelo FEDER um investimento público de 6.200.000,00 de euros, um FEDER de 5.700.000,00 de euros repartidos em duas fases. -----

A primeira fase, contemplou o grosso das nossas intenções de investimento num total de 4,6 milhões de euros de FEDER. -----

A segunda fase, em que estão apenas incluídos dois projetos que serão mais difíceis de concretização de 1.100.000,00 de euros de financiamento. -----

Na primeira fase, gostava de destacar ao nível da prioridade de investimento da mobilidade urbana, nós tivemos um investimento aprovado de cerca de 1.200.000,00 de euros para mobilidade, em que basicamente estão incluídas as intervenções da rede ciclovias que pretendemos desenvolver para a cidade e das intervenções no sentido de melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade dentro da cidade. -----

Na prioridade de regeneração urbana, nós conseguimos concentrar a grande maioria do investimento na primeira fase que irá até 2018 e a segunda a partir de 2018 e aqui ressalvo a reabilitação do edifício do Cine-Teatro S. João e edifício contíguo, para o qual está aprovado um investimento elegível de cerca de um milhão de euros e que neste momento estamos a ultimar o projeto para apresentar a candidatura aos Fundos Comunitários. -----

Destaco a reabilitação do edifício do Mercado, com uma verba de 850.000,00 euros, que também estamos a iniciar o projeto para a candidatura. -----

Destaco a requalificação daquilo que nós chamamos de espaços verdes e que significa a zona da Rua Cidade de Penafiel e entre a Rua José Afonso e Fernando Pessoa, estamos a iniciar o projeto para a requalificação, são estes três projetos dentro de regeneração urbana que nós vamos dar a maior prioridade. -----

Estamos a trabalhar no projeto para durante o mês de julho podermos entregar a candidatura do projeto de ciclovias da Freguesia de São João Baptista, que basicamente vai numa primeira fase conter a recuperação/reabilitação da Ribeira Santa Catarina, em toda a extensão da freguesia até à Escola António Gedeão. -----

Estamos numa fase de negociação com alguns proprietários que ao longo dos anos construíram em cima da ribeira e até agora temos tido bons resultados e obviamente que os moradores já perceberam que aquele espaço tem que ter um acesso público, até pela simples razão da manutenção. -----

Relativamente à prioridade de investimento 9.8, em que temos um valor de investimento elegível todo público, de 1.144.000,00 de euros, estamos neste momento a trabalhar no projeto de requalificação do Bairro Municipal na Rua General Humberto Delgado. -----

Em termos de prioridade, temos também um investimento da recuperação, da requalificação do Bairro Frederico Ulrich e das hortas municipais dessa zona que será uma segunda prioridade. -----

Nos últimos dias, surgiram informações, ainda não tenho as informações formais, de que o Governo estaria disponível para aumentar a bonificação para as candidaturas que ainda ocorressem ainda em 2016 e 2017, fala-se que o financiamento comunitário em vez de 85% poderá ser de 92,5% ou 95% do investimento. -----

Basicamente é este o panorama do PEDU. “ -----

Passou-se de imediato ao período de antes da ordem do dia. -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves**:” Não podíamos deixar de nos congratular com as Festas do Entroncamento, que decorreram muito bem, um bom programa de festas que trouxe muita gente ao Entroncamento. -----

Também a exposição localizada atrás do Banco, pelo Regimento de Manutenção, foi muito interessante, e houve algo de muito interessante que foi o divertimento para os mais jovens. -----

São devidos os parabéns ao executivo, das pessoas envolvidas, dos funcionários, porque tiveram um vigor novo e deram uma nova dinâmica à cidade. -----

Ficámos bastante sensibilizados por essa questão do ecrã gigante para acompanhamento dos jogos do campeonato europeu de futebol, ser a custo zero.” -----

Intervenção **José Baptista**: “Em representação do Partido Social Democrata, farei uma declaração política, que entregarei posteriormente para juntar à ata para transcrever o texto: -----

Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia Municipal do Entroncamento, Dr. João Lérias, -----

Exmo. Sr. Presidente, da Câmara Municipal e Senhores vereadores, -----

Srs. Eleitos locais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

O Entroncamento é uma Cidade de muita gente. Gente, pessoas, cidadãos. O que cada um queria chamar àqueles que povoam estas terras, aqui residem, educam os seus filhos, pagam impostos, criam a Urbe que hoje somos. -----

O Entroncamento, como qualquer outra Cidade, tem problemas, sempre teve. Alguns que se têm resolvido, outros que apesar do empenho de muitos não se tem conseguido ultrapassar. -----

O que nunca vimos foi um desleixo tão grande na Cidade. A falta de limpeza é algo que já ninguém ousa dizer que não existe. Os passeios e estradas, rotundas e jardins estão cheios de ervas daninhas que não são cortadas há meses, que nenhuma festa da flor

consegue esconder, aliás, que só acentua o estado degradado a que o Entroncamento chega dia após dia. A falta de pintura das passadeiras é outro exemplo claro de desleixo e falta de segurança. -----

A falta de brio deste executivo para com a nossa Cidade é tanta e demonstrada em coisas tão pequenas, mas tão significativas que não faltam exemplos de uma gestão desocupada com o presente e que só visa uma coisa: apagar o passado de todas as formas de todos os modelos. Mas os cidadãos não se esquecem do que já viveram e do que vivem hoje. -----

O boletim municipal saiu na passada semana ou pelo menos eu recebi-o na passada semana. Onde anda o Partido Socialista e o atual Vereador Carlos Amaro que no passado pediu com tanta firmeza nesta Assembleia Municipal o fim do boletim que apelidava de propagandístico? Pelo que percebemos os nove mil e quinhentos euros investidos em impressão e distribuição do Boletim não são agora propaganda, mas sim a mais pura informação jornalística, ilustrada com fotos aleatoriamente selecionadas da maioria socialista. E tantos outros exemplos existem do que antes se criticava e hoje se faz ou quer fazer. -----

Criticou-se o projeto de requalificação do Cine Teatro São João, considerando-o excessivo, e hoje recupera-se essa proposta que o PSD construiu nesta casa por saber que era um equipamento essencial à cultura. O PS de Jorge Faria, Ilda Joaquim, Carlos Amaro e Tília Nunes que recusou obras de fundo no Cine Teatro no início do mandato, chegando mesmo a apontar uma época do ano para a abertura do espaço novamente, é o mesmo que agora vem dizer que afinal o espaço precisa da intervenção de fundo que o PSD defende há anos e que não concretizou por falta de dinheiro para o fazer, nomeadamente do cofinanciamento comunitário. -----

Mas esta casa, este Órgão autárquico especificamente, tem competências e responsabilidades na política autárquica seguida. Além das responsabilidades que lhe são conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro tem um papel preponderante de apreciação e fiscalização do trabalho do executivo municipal. E esse papel tem ficado muito aquém daquelas que são as exigências mínimas de um Órgão democrático e decisivo. -----

Na referida lei, o artigo 25º, nº 2, alínea d) diz-nos que á Assembleia Municipal tem capacidade de “Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;” ora esta disposição vem exatamente dar enfase à alínea f) do mesmo artigo e número que se transcreve “Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;” -----

Sr. Presidente, -----

Sabemos todos que são incontáveis as questões colocadas ao Executivo nestas reuniões e que não foram respondidas. Mas também isso não pode admirar ninguém quando o mesmo Executivo impediu que durante dois anos uma vereadora da oposição, eleita pelos cidadãos, participasse nas reuniões da Câmara Municipal onde tem assento. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Faria e restante executivo, podem gostar mais ou menos de cada uma das bancadas e de cada uma das pessoas que nelas se sentam, mas têm a obrigação de responder taxativamente às questões que lhes são colocadas. -----

Tal como num qualquer processo judicial se pode invocar a obstrução à justiça aqui pode em todas as sessões ser invocada a obstrução ao esclarecimento cabal das questões apresentadas. -----

Vejamos um exemplo claro do que se acaba de referir: ----- Quando na passada reunião da Assembleia Municipal esta bancada do PSD questionou o Executivo Municipal por duas vezes sobre quais as verdadeiras intenções da aprovação do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação – RMUE, para além da sua atualização à lei geral, não houve respostas nem vontade de responder, como aliás está patente na ata hoje aprovada. Disse-nos apenas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que as decisões que estávamos a tomar valeriam apenas para futuro. Escusou-se o Senhor Presidente da Câmara a avançar com qualquer esclarecimento ou apreciação, de semelhante carregado e denotando pouco a vontade e interesse em responder. -----

Hoje sabemos qual foi a intenção. Legalizar uma obra ilegal que foi construída à revelia do regulamento em vigor e contrariando o projeto aprovado é no mínimo um gozo institucional e uma falta enorme de responsabilidade e ética, nomeadamente para com os cidadãos cumpridores que são a grande maioria dos que vivem nesta cidade. -----

Ver o Entroncamento ser notícia dos jornais, nacionais e regionais (Correio da Manhã e O Mirante), referindo o mau exemplo do Presidente desta Câmara não mancha só o cidadão Jorge Faria e os seus colegas de executivo que aprovaram o regulamento e a obra, mas sim toda a cidade que vê o seu nome envolvido numa situação pouco clara que mancha uma vez mais os políticos e os Órgãos autárquicos. -----

O Entroncamento perde o norte ao caminho todos os dias. A cidade não é cuidada, o Parque Verde do Bonito degrada-se a um ritmo alucinante com mato a crescer sem precedentes e curiosamente já nem a bandeira do Município vai na procissão do patrono da Cidade que dá nome às nossas festas. Quando o poder se demite de governar e de representar a Cidade dignamente estamos conversados sobre como e quem exerce o poder pelo poder, sem ter a pessoa como princípio e fim da sua atuação. -----

É tudo Senhor Presidente. -----

Proseguiu **Marisa Parreira**: “Temos constatado junto da população do Entroncamento, a existência de algumas questões e preocupações, que merecem toda a importância e resposta por parte da câmara municipal. -----

A acumulação de ervas e resíduos sólidos urbanos, a pintura de passadeiras e a iluminação. -----

Sabemos que este ano foi um ano chuvoso e por isso a acumulação de ervas, mas isso não justifica o estado a que o nosso Entroncamento se encontra, desde passeios a terrenos ervas altíssimas, e também o que me preocupa é a recolha de resíduos sólidos urbanos, pois por vezes a acumulação do lixo é tanta, que as pessoas não conseguem colocar o lixo nos contentores e acabam por deixar fora, à mercê dos cães e gatos que rasgam os sacos espalhando o lixo pelas ruas. -----

O problema das ervas e dos resíduos sólidos urbanos, não é só um problema de estética porque fica mal, é feio, não fica bonito, mas sobretudo de higiene. -----

Consideramos que também é urgente a pintura de passadeiras, que se encontram com as suas marcas quase apagadas. -----

As passadeiras de tinta nas artérias de grande circulação, estão a perder a tinta ou a ficar sumidas pelo rastro dos veículos, e aqui, é sobretudo, um problema de segurança pública. -----

Consideramos também que continua a ser preocupante a falta de iluminação em algumas zonas do Entroncamento, este é um problema não só de estética, mas de segurança. -----

Sabemos que o Centro de Emprego está a cortar no pessoal integrado nos programas ocupacionais, e que muitas destas pessoas estão a desempenhar funções para as quais não estão motivadas, mas continuamos a considerar que não é justificação para a não resolução destes problemas postos pelos entroncamentenses. -----

A nossa proposta, é dotar o que for necessário no quadro de pessoal, recuperar efetivos particularmente nas áreas operativas por concursos. Achamos que tal é possível, pois tal como prevê o Orçamento do Estado de 2016, acabam as limitações à contratação de pessoal para as autarquias que não estejam em desequilíbrio financeiro. --

Assim, as autarquias têm a possibilidade de acabar com o trabalho de escravo dos POC, CEI e precário com recibos verdes e tudo ficaria resolvido, mas uma coisa nós temos a certeza e queremos deixar bem claro, o recurso a empresas privadas não é solução, as câmaras se forem bem geridas, conseguem fazer melhor e muito mais barato.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “Queria saudar o executivo pelas Festas da Cidade do Entroncamento, não concordando em pleno com o que disse a senhora deputada do PS em relação ao cartaz, mesmo assim dentro das possibilidades, foi um razoável cartaz.

Quero também saudar uma ação que foi feita pelo Pedro Dionísio, que fez um vídeo comemorativo dos 25 anos da cidade do Entroncamento. -----

Hoje estou-me a sentir um pouco Pedro, mas é um Pedro Álvares Cabral, porque há duas assembleias atrás que descobri que as coisas estavam sujas, mas que não vi o apoio que estou a ver, mas é de saudar, mais vale tarde do que nunca, nalguns sítios já se começou a tomar algumas medidas. -----

Queria salientar que as passadeiras junto à Igreja Matriz foram pintadas não sei bem por quem, mas já estão pretas outra vez, ou seja, quem o fez, mais valia estar quieto, porque esteve simplesmente a gastar dinheiro e não pintaram nada, não sei quem foi, mas sei que não foram funcionários da câmara. -----

Queria destacar o empenho de todos os funcionários da câmara para a realização das festas da cidade, se tivemos estas festas devemos muito aos funcionários da câmara, que já nos têm habituado a trabalhar e bem e esperemos que assim continuem.” -----

Referiu **Carla Roma**: “Gostaríamos de dar aqui algumas informações que são do interesse dos presentes e dos municíipes em geral. -----

Tenho algumas cópias da informação por escrito e pedia à mesa a distribuição de um exemplar por cada bancada, por parte do funcionário. -----

Esta informação dá conta de duas perguntas que foram colocadas pelo Bloco de Esquerda pelo deputado Carlos Matias ao Ministro do Planeamento e Infraestruturas e das respetivas respostas que chegaram esta semana e que têm a ver com a Estação Ferroviária do Entroncamento, mais concretamente com a passagem das vias férreas e com as condições de segurança e acesso dos meios de socorro às diferentes vias. -----

Começo com a pergunta que tem a ver com o acesso dos meios de socorro, onde se faz um ponto da situação sobre as condições de segurança e o modo como é feito o acesso dos meios de socorro, sabemos que com a colocação da estrutura de passagem superior, ficou barrado o atravessamento de nível, ficou barrado para as pessoas em geral, mas também para os meios de socorro, que em caso de incidentes terão que estacionar no parque interior e os operacionais serão obrigados a deslocarem-se apeados até ao local o que retarda o socorro. -----

Os elevadores e escadas, como todos sabemos, não são soluções para evacuação quando esta se verificar necessária e as soluções que, entretanto, foram apontadas, implicam deslocações mais longas e que poderão comprometer a intervenção em caso de emergência. -----

Face a esta situação, o Bloco de Esquerda pergunta se o Ministério tem conhecimento que o problema subsiste, se considera estarem asseguradas as condições de socorro e se tenciona intervir junto das Infraestruturas de Portugal para que garanta o acesso rápido de viaturas de emergência ao perímetro da estação. -----

A resposta como poderão ver, é no nosso entender insatisfatória e não responde ao problema que é levantado pelo Bloco de Esquerda e demonstra no nosso entender, algum desconhecimento do local e sobre a real situação. -----

O Ministro tece algumas considerações sobre as especificadas perigosas infraestruturas férreas sobre a forma como se articula as diferentes entidades envolvidas em caso de emergência, sobre ações de divulgação, esclarecimentos, simulacros que têm os agentes de proteção civil sobre os perigos da ferrovia e procedimentos de segurança. -

Conclui na informação sobre os dois acessos disponíveis pelas equipas de socorro, um primeiro acesso chamado portaria 1, próximo da estação dos Bombeiros, para quem conhece o local, sabe que não é de todo próximo da estação dos Bombeiros e um acesso pela Praça da República pelo portão que se situa perto das bilheteiras da estação. -----

Para dizer no fim, que considera que a estação do Entroncamento, reúne as condições necessárias, para que os agentes de proteção civil desempenhem as suas funções dentro do perímetro da estação em segurança. -----

Só quem não conhece a real situação da estação do Entroncamento e dos acessos às linhas férreas, é que pode considerar esta resposta razoável. -----

Por tudo isto, consideramos que a Câmara Municipal do Entroncamento deverá tomar uma posição e deve continuar a insistir junto das entidades responsáveis, no sentido de haver melhores acessos que possam ser utilizados em caso de acidente ou emergência de forma a ultrapassar a situação de insegurança que atualmente se verifica.

Penso que isto vem um bocadinho na linha dos esclarecimentos que o senhor Presidente da Câmara estava a dar sobre o PEDU e sobre as intervenções que estavam pensadas para estas zonas e que iriam necessitar de alguma articulação com outras entidades envolvidas, aqui está uma resposta que penso que não é nada satisfatória para aquilo que se pretende fazer no futuro e penso que a câmara municipal, devia mais uma vez interceder junto das entidades responsáveis para que não fiquemos com esta resposta. -----

A segunda pergunta e respetiva resposta, tem a ver com as condições de atravessamento das plataformas da estação para os utentes em geral e portanto, mais uma vez a questão descreve as infraestruturas existentes, como de péssima qualidade, frágil, com um corredor demasiado estreito, com extensas escadas demasiado inclinadas, uma realidade que todos conhecemos, com elevadores muito pequenos, fechados, sem visibilidade para o exterior. -----

O Bloco de Esquerda questiona se o Ministério está informado da deficiente e desacuada solução adotada, se está disponível para dar orientações à Infraestruturas de Portugal, no sentido da substituição da passagem superior, conforme várias tomadas de posição dos diferentes órgãos autárquicos, se considera a possibilidade de ponderar uma solução alternativa que poderia passar, como alguns já avançaram, por um atravessamento subterrâneo rodoviário, ciclável e pedonal. -----

A resposta da Infraestruturas de Portugal, que a atual estrutura metálica se encontra devidamente adaptável à tipologia da estação, traduz no nosso entender um total desrespeito pelo concelho do Entroncamento e pelas pessoas. -----

No entanto, manifestamos com agrado, da posição do Governo de mandar a Infraestruturas de Portugal fazer um estudo sobre uma alternativa. -----

Gostaríamos de saber quanto tempo é que este estudo vai demorar, esperamos que isto não sirva só para empatar e adiar mais uma vez a situação, vamos estar atentos da nossa parte e relativamente à questão anterior, gostaríamos mais uma vez de reforçar que a câmara municipal devia tomar posição e insistir para que sejam tomadas as medidas que permitam que as equipas de emergência possam agir prontamente em caso de necessidade.” -----

Mário Balsa referiu: “O Partido Socialista vê com agrado esta questão e gostávamos de frisar que, não está de toda esquecida e aliás, as bancadas sabem porque já foi aqui falado diversas vezes, a câmara municipal tem desenvolvido vários esforços, numa primeira fase numa carta escrita à Infraestruturas de Portugal e ao senhor Secretário de Estado a expor um conjunto de pontos que nos preocupava relacionados com as infraestruturas e por isso, vemos com agrado, que o Bloco de Esquerda se junte a nós nesta luta que está a ser feita, para pressionarmos e conseguirmos captar para o Entroncamento, a atenção necessária para fazermos as alterações necessárias para corrigirmos erros que todos nós conseguimos identificar. -----

Para além disso, e porque é público, posso falar de uma reunião entre o senhor Presidente da Câmara e com a Secretaria de Estado das Infraestruturas, onde exatamente estas questões foram abordadas e foi veiculado ao senhor Secretário de Estado que os Bombeiros viam com muita preocupação as questões da estação. -----

Inclusive, o Comando Regional numa deslocação que fez ao Entroncamento a convite do senhor Presidente da Câmara, para poder também ter o conhecimento exato daquela “coisa” que está na estação do Entroncamento, referiu dizendo que, se houvesse aqui algum problema, não tenho o mínimo problema em deitar isto abaixo e entrar pela estação a dentro para dar o socorro necessário. -----

O Ministério está devidamente informado, a Infraestruturas de Portugal estão devidamente informadas e nesse sentido vimos com bons olhos este juntar do Bloco de Esquerda, àquilo que são os esforços que a autarquia tem feito.” -----

Pedi a palavra o senhor **Presidente da Câmara:**” Vou fazer chegar ao senhor Presidente da Assembleia para depois distribuir pelas bancadas, um documento que entreguei em reunião ocorrida no dia da inauguração do Museu Ferroviário, em maio de 2015, fizemos uma reunião antes e depois da cerimónia da inauguração do Museu, com o Presidente das Infraestruturas de Portugal e a sua equipa e nessa altura, entreguei-lhe um documento memorando com um conjunto de investimentos que são fundamentais para a cidade e para a segurança nessa matéria. “ -----

Interveio **António Ferreira:**” Sobre este assunto, não é a primeira vez que um partido político levanta a questão junto do Governo e as respostas são sempre as mesmas, que é: vão ver, vão estudar, nós queremos de facto que o problema seja resolvido. -----

Em relação às Festas da Cidade, há quem goste do cartaz, há quem não goste do cartaz, e quando é assim, a melhor forma é colocar um cartaz que abrange o interesse de todas as pessoas em relação às questões culturais. -----

Há uma questão que eu notei na festa, o direito dos trabalhadores, os trabalhadores que estão depois das 22 horas, têm direito a trabalho extraordinário e não a gozar o dia a seguir, assim como o senhor Murcela que está ali, a partir das 22 horas

tem direito a horas extraordinárias e isso é o respeito que merecem os trabalhadores e é um direito que eles têm e não podemos tirar aos trabalhadores.” -----

Intervenção José Baptista:” Sobre esta informação trazida pelo Bloco de Esquerda e que agradeço e já tínhamos tomado conhecimento pela comunicação social, ela vem confirmar aquilo que já tinha sido confirmado antes, que é, toda a gente tem boa intenção, mas ninguém pretende fazer nada. -----

Quando o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, responde na carta que se considera que a estação do Entroncamento reúne as condições necessárias de segurança, está explicado o que é que ele entende. -----

Quando no outro ofício de 23 de junho, responde que vai estudar uma situação em consonância com a atual conjuntura económica, também está a responder diretamente aquilo que nós sabemos o que é, a estação é segura e não vai haver estação nova. -----

Aqui só vejo uma distinção muito grande, o Bloco de Esquerda percebeu nas entrelinhas qual era a resposta do Governo, não vai haver nenhuma estação nova. -----

O Partido Socialista teve uma opinião totalmente diferente, que é: estamos todos a analisar a situação e concordamos todos que precisamos de ter uma estação nova e o Governo também concorda, não percebi se foi o Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara a falar, ou o líder da bancada do Partido Socialista, mas isso é irrelevante para aqui. -----

Relevante é que, não foi por mudar o Governo das esquerdas agora, que as esquerdas vão fazer uma estação nova no Entroncamento e, portanto, aqui temos a resposta ao que as esquerdas queriam.” -----

Seguidamente **Pedro Gonçalves** procedeu à leitura da seguinte recomendação: ---
RECOMENDAÇÃO PELA DEVOLUÇÃO DO CENTRO CULTURAL À CULTURA ---

Exmo. Sr. Presidente, a ligação do edifício do Centro Cultural à cultura, remonta anos antes da própria construção do edifício. Anteriormente ao ano de 1930, antes de serem feitas quaisquer obras, o Exmo. Sr. Presidente da Junta do Entroncamento, José Duarte Coelho promoveu três dias consecutivos de espetáculos culturais, com diversas bandas de renome à época. -----

José Duarte Coelho pretendeu deste modo fazer conhecido que se ia inaugurar um mercado na recém criada Junta de Freguesia do Entroncamento e com isso levar o nome da freguesia mais longe. Já nestes longínquos anos, o visionário José Duarte Coelho, demonstrava a noção de que a cultura poderia elevar o Entroncamento. -----

Em 1983, aquando a inauguração do novo mercado, o mercado velho, hoje Centro Cultural, foi “*deixado em repouso*”, como refere o Historiador Luís Batista no Seu Livro: “O Edifício do Mercado Municipal, Hoje, Centro Cultural do Entroncamento”. Em 1984 foi decidido transformar o espaço no Centro Cultural, por uma proposta do Vereador Porfírio Rodrigues. Mas só no ano de 1986 começariam as obras de transformação do mesmo. ----- Na altura esta transformação foi considerada um pouco conturbada, com algumas divergências entre vereadores e partidos políticos. -----

Em 1991, no aniversário do Concelho é inaugurado o Centro Cultural. -----

Desde esta data até à sua concessão inicial enquanto café/bar e restaurante, o qual nunca existiu, o Centro Cultural foi portador de uma agenda cultural recheada, fazendo inveja a muitas cidades vizinhas. -----

Depois disso, e com a inoperacionalidade do Cineteatro S. João, a nossa cultura tem sido resumida a pequenos apontamentos, algumas exposições e às festas da cidade. -----

Quando alguma instituição pretende fazer um espetáculo, uma apresentação ou algum outro tipo de forma cultural, tem à sua disposição um espaço considerado sem condições, desde a acústica, ao formato da sala, etc., espaço esse que é definido como o ginásio do Pavilhão Municipal. Tudo isto sem desprimo para o referido ginásio, o qual não pode ser

considerado uma sala para espetáculos. -----
O centro cultural é dotado de salas laterais, com acesso do exterior e com acesso ao interior, as quais poderão ser usadas como um bar ou café, que poderão dar algum apoio à nave principal, agora a nave principal deste edifício que está tão intimamente ligado à nossa história e à nossa cultura, deveria ser usada para o fim para o qual foi transformada: a cultura.

Em todo o mundo temos exemplos de salas culturais, modulares adaptáveis à realidade do momento, do espetáculo ou da exposição. Assistimos a formas de cultura cada vez mais diversas, mas no nosso concelho não temos um espaço condigno para a área cultural.

A cultura não é só grandes espetáculos, é também pequenos espetáculos, de cariz mais intimista, são exposições, feiras do livro, conferências, fado,

Qual o melhor local do que o Centro Cultural para este fim? O cineteatro? O cineteatro terá como finalidade a utilização para uma cultura mais massificada.

Se não pretender fazer deste espaço um verdadeiro centro cultural, pode fazer do mesmo uma biblioteca municipal, digna desse mesmo nome. Uma biblioteca moderna ampla e que acrescenta valor à nossa cidade.

O Entroncamento merece mais cultura, o Entroncamento merece que a mesma esteja acessível a todos os seus cidadãos.

Depois de toda esta resenha histórica e deste enquadramento, vem esta assembleia municipal recomendar que o edifício do Centro Cultural possa ser devolvido à cultura da nossa cidade, pondo fim ao processo de hasta pública para concessão deste referido espaço para um café/Bar.

Continuando, referiu: “Nós, enquanto CDS-PP acreditamos plenamente que a cultura tem que estar acessível e acreditamos que neste momento depois do que foi feito inclusivamente nestas Festas da Cidade com uma exposição de três anos de cultura, nós podemos fazer todos muito mais.”

Proseguiu **Telma Jorge**: “A propósito desta recomendação, nós também trazemos um documento que elaborámos e que podemos fazer chegar ao senhor Murcela para transcrever para a ata se for necessário.

Gostaríamos de dizer ao senhor deputado para contextualizar um bocado a situação, tivemos conhecimento da satisfação que o senhor Pedro Gonçalves sentiu aquando da reunião de câmara do passado dia 6 de junho, sobre a concessão do espaço do centro cultural e da sua satisfação pela posição do vereador da CDU, que votou contra essa deliberação.

O senhor deputado do CDS não perdeu tempo e nesse mesmo dia saiu um texto publicado no EOL, texto este que à parte os intimismos culturais que são referidos, à parte da ideia patética, na nossa opinião como é óbvio, de transformar o centro cultural em biblioteca municipal, poder-lhe-ia ter bastado para justificar a sua recomendação da devolução do centro cultural à cultura.

O senhor deputado do CDS quis ir mais longe, e resolveu presentear-nos com esta proposta de recomendação que na nossa opinião enaltece um fascista de nome José Duarte Coelho, que deturpa a história do centro cultural, pós mercado velho e em que nem o facto de se socorrer de uma frase que atribui ao historiador Luís Baptista lhe vale, pois se há coisa que aquele edifício não teve nesse período de 83/84, foi repouso.

Se de um lado tinham os comunistas que defendiam a sua recuperação e transformação em centro cultural, do outro lado tinham os que, como Porfírio Rodrigues, defendiam a sua demolição ou outras propostas piores ainda.

Dizer ainda que o mercado velho foi centro cultural muito antes de ter sido inaugurado com essa finalidade, isto a propósito da história, porque os partidários da recuperação e manutenção daquele património, logo em 1983 defenderam a sua

utilização em iniciativas culturais que ali tiveram lugar durante o celebre mês da cultura em setembro de 1983. -----

Por isso, estamos em condições de defender que esta assembleia para fazer uma recomendação à câmara municipal no sentido de manter aquele espaço ao serviço da cultura, não precisa de ficar refém de um texto retrógrado e falseador da verdade histórica. -----

Na nossa opinião, esta assembleia só precisa de fazer a recomendação e ponto final e é isso que a bancada da CDU se propõe fazer, quem nos quiser acompanhar nesta nossa recomendação muito nos agradará.” -----

Intervento Fernanda Alves: “O senhor deputado fez esta resenha mal ou bem, mas não fez um apanhado daquilo que nós consideramos ser o essencial. -----

O centro cultural da forma como está hoje, levou uma transformação que teve um custo de 250 mil euros para estar como está neste momento, que foi o anterior executivo que fez essa transformação. -----

Li com atenção a recomendação e fala na inoperacionalidade do Cineteatro S. João, é precisamente aqui que nós colocamos o nosso foco, tem toda a razão está inoperacional, mas o dinheiro que foi gasto no centro cultural, poderia ter sido gasto para colmatar algumas dificuldades que o Cineteatro enfrentou ou resolver alguns problemas existentes, não foi feito, mais uma vez o CDS não existia, não havia CDS no Entroncamento, é muito jovem e comprehendo, de qualquer forma, terá informação sobre isto. -----

Todos nós sabemos, que o problema do Cineteatro é uma das prioridades deste executivo, e o senhor deputado vem fazer esta recomendação um bocado extemporânea e não se enquadra no momento que estamos a atravessar. -----

A candidatura do centro cultural foi transformada com dinheiros exteriores, o centro cultural foi fechado há um mês, a lei diz que num prazo de cinco anos dessa candidatura não se pode alterar o fim a que se destinavam esses dinheiros. -----

O senhor deputado fez um magnífico trabalho do ponto de vista histórico, mas esqueceu-se de ir à procura dos fundamentos que levaram o executivo a tomar agora essa decisão e recair numa ilegalidade, pois há um prazo que não se pode mexer. -----

Do conhecimento que temos, é que há uma discussão em cima da mesa no sentido de obter condições para que o espaço seja rentabilizado uma parte para bares e a outra parte para dar continuidade aos espetáculos que este executivo tem estado a fazer. -----

A nosso ver, achamos que esta recomendação não se enquadra no contexto atual e real que a autarquia tem e, portanto, achamos que a recomendação não faz sentido e o Partido Socialista irá votar contra.” -----

Continuou **Carla Roma:** “Nós concordamos com a ideia fundamental da recomendação, embora ela tenha algumas indecisões e siga por um caminho inclusivamente com um conjunto de propostas avulsas, pouco consistentes e no nosso entender não são feitas com a seriedade que o assunto merece. -----

Para sermos rigorosos com a resenha histórica que é feita, de facto não foi feita em 1984 que se decidiu a preservação e transformação do edifício em centro cultural, mas sim em 1986. -----

Em 1984 a proposta do vereador do PSD Porfirio Rodrigues foi de facto feita e não é exatamente com o Pedro Gonçalves interpretou, ela é mais ambígua do que isto, fala na requalificação das duas praças adjacentes e fala na criação de um centro cultural que tanto pode ser neste espaço, como pode ser num outro, mas de facto, o executivo que era na altura presidido pelo senhor Fanha Vieira, não excluía e inclinava-se para a demolição do antigo mercado. -----

A deliberação camarária decisiva só aconteceu em 1986, já na presidência do senhor José Cunha e de facto essa votação foi renhida, havia votos a favor do Presidente José Cunha e do vereador António Antunes e votos contra do vereador Silva e Sousa, do PS e do vereador Armando Lopes do PSD, votação essa que foi desempatada pelo vereador Henrique Leal, eleito pela APU na altura, foi então votada a preservação do edifício e a transformação em centro cultural, isto para ser mais preciso em relação ao texto que nos é apresentado. -----

Pondo de lado estas imprecisões e até algum folclórico à mistura, nós estamos de acordo que o centro cultural deverá deixar de ser um espaço comercial e voltar a ser um centro cultural, aliás, já defendemos essa ideia algumas vezes, que o Entroncamento merece mais cultura e acessível a todos. -----

Que o Entroncamento tenha sido até à data da concessão deste espaço portador de uma agenda cultural recheada, de fazer inveja a muita gente, temos algumas dúvidas. -----

Há muito tempo que o Entroncamento não tinha uma agenda cultural digna desse nome e o problema não era só de infraestruturas, era político, de ausência de políticas para a cultura. -----

É verdade que durante largos anos o centro cultural do Entroncamento chegou a ser uma referência na região, sobretudo pela diversidade da oferta cultural que tinha, de uma calendarização regular própria de quem quer criar públicos, de quem quer criar hábitos culturais, mas as alterações políticas nomeadamente com a chegada do PSD à maioria absoluta alteraram profundamente estes princípios e deixaram cair o centro cultural e transformá-lo num café. -----

Quanto às propostas que o Pedro Gonçalves nos faz hoje, nós consideramos que merecem outro cuidado e atenção, por exemplo, o atual conceito do serviço público de uma biblioteca, não encaixa na moldura física deste edifício. -----

Já existiu um projeto aprovado e quase financiado para a construção de raiz de uma biblioteca, na freguesia de São João Baptista, que infelizmente estagnou, mas no nosso entender, esse deve ser o caminho que deve ser seguido e não aldrabar uma solução para o espaço que estamos aqui a discutir aqui hoje. -----

Volto a dizer que estamos de acordo com o essencial da proposta, estamos de acordo que se abra a discussão, que se reaprecie o lançamento do concurso e se devolva o edifício à função para que foi criado que era ser um centro cultural. -----

Estamos disponíveis para contribuir para o seu trabalho, para as propostas que a cultura da cidade volte a ser um projeto vivo e interessante. -----

No princípio estamos de acordo e pegando naquilo que a CDU disse, não sei se o Pedro estaria disponível, nós poderíamos votá-las separadamente, uma vez que parece haver aqui alguma possibilidade de estarmos de acordo com a proposta de resolução que é apresentada, mas parece-me que não há acordo em relação aos considerandos que são feitos, talvez pudéssemos chegar aqui a algum entendimento nesse sentido.” -----

Referiu **José Baptista**: “Estamos há vinte minutos a discutir um texto histórico e estamos há vinte minutos sobre uma questão de esquerda e direita, o que é que fizeram os fascistas e o que é que apoiaram os comunistas, é isso que estamos a fazer às onze horas e trinta minutos. -----

Tenho pena das pessoas que estão a assistir lá em casa, a única coisa que podemos fazer é pedir desculpa e tentar acelerar a decisão. -----

Antes de dar a nossa opinião sobre este assunto, dar uma nota. -----

A senhora deputada do Partido Socialista, disse ao senhor deputado Pedro Gonçalves que ele era muito jovem, os votos que elegem o deputado Pedro Gonçalves, por ser muito jovem, são os mesmos que elegem a senhora deputada e qualquer membro

desta assembleia e, portanto, independentemente do senhor deputado Pedro Gonçalves ser muito jovem, poder lembrar-se ou não das coisas que a senhora deputada se lembra por certamente ter mais anos do que ele e do que eu, não diminui a qualidade ou a possibilidade de intervir. -----

Sobre o assunto em discussão, o centro cultural quando foi intervencionado há uns anos, foi intervencionado na premissa que existia ainda o cine-teatro onde podia haver um espaço de cultura. -----

Como todos se lembram, num fatídico mês de janeiro houve uma tempestade que assolou o Entroncamento, que fez com que o telhado do cineteatro ficasse no estado em que ficou e sem possibilidade de ser utilizado, já o centro cultural à época estava neste processo e envolvimento que está hoje em dia. -----

Fez a senhora deputada muito bem recordar, que existem condições das quais não é possível retornar ao projeto que é aqui solicitado pelo CDS. -----

Fez também bem em lembrar, que aquele espaço que antigamente se chamava centro cultural, tem hoje em dia um objetivo fulcral, que é ser um polo dinamizador dentro da cidade. -----

Aquele espaço não foi intervencionado só naquilo que está à vista, o espaço não estava em condições de receber um espetáculo de qualidade, porque não tinha condições de ar condicionado, não tinha arejamento, não tinha janelas como tem hoje em dia, as condições que o centro cultural tem hoje, são muito distintas daquelas antes da intervenção e é bom que não nos esqueçamos disto e a intervenção só foi possível fazer-se naquele espaço porque foi ao abrigo do projeto para construção de dois espaços de bar e um espaço de restauração. -----

O projeto foi candidatado e financiado foi para isto e não pode servir para outra coisa, independentemente de haver espetáculos de cultura que tem lá existido. -----

Outra coisa diferente, é nós referirmos o que é que tem acontecido no centro cultural e porque é que o centro cultural hoje em dia está vazio, mas nós, há uns meses atrás, alertámos o executivo de que a entrega das cauções à pessoa que tinha os dois espaços, poderia causar um problema ao município quando ele se fosse embora, o município ficar sem retorno daquele valor. -----

O processo que está em curso para concurso público para estes dois espaços e imagino também para o restaurante, é para fazer face aquilo para que as obras foram candidatadas e para o qual o espaço existe neste momento, independentemente de o município lá continuar a fazer espetáculos culturais e outros. -----

Aquele espaço que existe hoje em dia, é um espaço dinamizador no centro da cidade, dinamizador permanentemente e foi nessa lógica que foi feita a intervenção. -----

Depois da intervenção que foi feita, do financiamento comunitário que lá foi investido e das obrigações que nós temos em não podermos transformar neste momento, obviamente que não podemos acompanhar a proposta.” -----

Intervenção Manuel Martins: “Queria dizer ao senhor José Miguel Baptista, para quem estava preocupado com tempo que se está a perder com o assunto, ele gastou algum. -----

Quanto à recomendação, para além daquilo que a minha colega de bancada disse e concordo, tenho a dizer que isto é tudo muito bonito, mas é visto de avião, porque depois descemos à terra e afinal as coisas não podem ser vistas assim, cá em baixo têm-se outra perspetiva, o centro cultural neste momento não tem o formato que seria mais desejável para todos nós, ou pelo menos para a maioria, mas infelizmente é o que temos e foi-nos imposto pelo anterior executivo. -----

É fácil falar e ter ideias, também acho que o ideal era o Entroncamento ter uma universidade, um hospital, uma superesquadra de polícia, um parque aquático no Bonito, mas infelizmente não tem, e também não tem um centro cultural porque o anterior executivo transformou aquilo que seria um centro cultural, naquilo que nós vemos, gastando cerca de 250 mil euros, com recurso a fundos comunitários. -----

Não se preocuparam com o cine-teatro São João com algumas telhas partidas e agora temos o problema que temos, na altura se tivesse havido intervenção rápida, o estrago não seria aquilo que é hoje. -----

O PSD nunca concluiu qualquer processo de obras, o que está agora a ser feito pelo atual executivo, este processo é um dos que pode ainda ser sancionado de alguma forma, tal como aconteceu com a escola Ruy D'Andrade, que vamos votar no ponto 2 essa questão, vamos ter que votar um financiamento devido a anomalias processuais, num processo que não foi concluído pelo PSD. -----

O contrato do centro cultural, diz na cláusula oitava, número um, alínea o): “*tem que se manter o investimento afeto à atividade de pelo menos cinco anos após a conclusão da operação*”, essa conclusão vai ser feita agora, estamos a falar de mais cinco anos de dois bares e um restaurante, porque nós não queremos cometer nenhuma ilegalidade, nós não queremos agora correr o risco para sermos penalizados por auditorias que forem feitas, como aconteceu com a escola. -----

É muito interessante fazer este tipo de politicazinha popularucha: escrever no Facebook, publicar artigos de opinião, tirar fotos às ervas, enfim, dizer aquilo que todos gostam de ouvir, mas depois o problema é se é possível, se é exequível, se é viável. Como não têm a pretensão de chegar ao executivo, fazer oposição é muito fácil. -----

Com isto tudo, só consigo ver uma coisa, imaginar o senhor Pedro Gonçalves quando chegar às eleições oferecer eletrodomésticos como o Major Valentim Loureiro para angariar alguns votos, ou então, vamos ter uma substituição, deixamos de ter o Paulinho das feiras, para termos o “Pedrinho dos Mercados”, pode acontecer. -----

A minha opinião, hoje, nesta assembleia, quem votar favoravelmente esta recomendação, está a pedir ao executivo que incumpra um contrato e que arrisque a ser sancionado por anomalias processuais, com prejuízo para o Entroncamento e entroncamentenses. -----

Pelo exposto, votarei contra esta recomendação e peço a todos que reflitam bem o que vão realizar.” -----

António Ferreira referiu: “Fundamentalmente vamos votar contra esta recomendação porque intelectualmente é desonesta. -----

Em relação ao Porfírio Rodrigues, ele tinha uma ideia de criar um espaço condigno à frente da câmara municipal e para isso arrasava o que estivesse lá e começou por arrasar uma coisa que estava junto aos correios que era o chafariz, que hoje ninguém sabe do seu paradeiro. -----

Numa segunda fase, aquilo que disse quando as coisas não lhe estavam favoráveis, é que deixava só a fachada principal em pé e o resto era para arrasar. -----

Em relação à questão de transformar aquilo ou não em centro cultural, pode haver condicionalismos, mas transformar aquilo que eu chamo a cultura da taberna, não agradou nada à população do Entroncamento.” -----

Pedi a palavra **Ezequiel Estrada:**” No passado dia 23 de junho, estive enquanto elemento do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias, a acompanhar as comemorações da criação das Juntas de Freguesia, há cem anos, no dia 23 de junho de 1916. Houve uma sessão solene na Assembleia da República, onde estiveram presentes os presidentes na galeria, tivemos uma intervenção num espaço apropriado para

desenvolver alguns temas relativamente ao passado e futuro que se pretende para as freguesias. -----

Relativamente ao centro cultural, foi construído no tempo do José Duarte Coelho como Mercado Municipal e a história está toda relatada na Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Naquele espaço fez-se a primeira Feira do Livro do Entroncamento, é um espaço que efetivamente pode evoluir para várias circunstâncias.” -----

Proseguiu **Fernanda Alves**: “Fico bastante agradada de verificar que o senhor deputado José Baptista, defende o senhor Pedro Gonçalves, mas gostava que o senhor deputado não deturasse as minhas palavras, que já é recorrente nesta assembleia, ou eu não me expresso bem, que é possível, ou então o senhor deputado não entende aquilo que eu digo. -----

Não é minha intenção ofender seja quem for nem retirar qualquer capacidade ou qualquer competência às pessoas, seja nesta assembleia ou em qualquer lugar. -----

Não peço desculpa ao senhor Pedro Gonçalves porque não foi essa a minha intenção, mas de qualquer forma, agradecia que o senhor deputado José Miguel Baptista, fosse um pouquinho às vezes mais delicado, que às vezes tem umas intervenções que não lhe ficam nada bem.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Senhora deputada, não me leve a mal, mas não vou fazer nenhuma consideração sobre aquilo que disse. -----

Todos nós aqui temos as opiniões que entendemos e que devemos ter. -----

Eu nunca tive que pedir educação a ninguém graças a Deus nesta casa e não gosto muito que outros venham pedir educação aos outros. -----

Com muita delicadeza e muita educação, sei que o Partido Socialista fica muito ofendido com as coisas que o PSD diz, nomeadamente eu, mas não leve isso a mal senhora deputada, como se diz, é *política*.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “Cara deputada, o CDS existe e mesmo que seja incómodo, vai ter que o aguentar e espero bem, com mais representação nas próximas autárquicas. -----

A história, toda ela foi retirada de um livro editado da Junta de Freguesia de São João Baptista, em 2005 pelo Presidente, Ezequiel Estrada, se estiver alguma coisa mal na história o senhor Ezequiel Estrada, terá tido algum conluio, mas acho que a história não se apaga. Tenha ele sido fascista, tenha sido ele de qualquer outra dependência, foi ele que fundou esta cidade que todos nós defendemos, quer queiram, quer não. -----

A proposta da câmara não é manter os dois bares e o restaurante, estive na reunião de câmara e a proposta da câmara é manter um bar, se vamos falar de ilegalidades, estamos a falar de uma ilegalidade por parte do executivo, porque a proposta que trouxe à assembleia era de um bar. -----

Existe maneira de controlar essa situação, e a senhora deputada sabe também como eu que existe, as salas laterais que podem muito bem ser adaptadas para café e restauração, isto são ideias. -----

O que nós vamos ver aqui, é a cultura do Entroncamento vendida por 750 euros mês, que é quanto vai custar a concessão. -----

Ao abrigo da Lei 75/2013, essa concessão que vai ter mudanças, tem que vir à assembleia municipal, porque a concessão que foi aqui aprovada foi para dois bares e um restaurante. -----

Se o Bloco de Esquerda e a CDU quiserem, nós podemos manter, “vem esta assembleia recomendar” e retirar todo o resto para que sejam votadas pelas duas bancadas.” -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO

A recomendação apresentada pelo CDS, foi rejeitada por maioria, com dezoito votos contra, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e quatro votos a favor, sendo três votos do Bloco de Esquerda e um voto do Centro Democrático Social.

Não existindo ninguém do público que quisesse intervir, passou-se à ordem dos trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

EMPRÉSTIMO – OPERAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA – PAEL

Pedi a palavra **José Baptista**: “Uma nota muito rápida, para dizer apenas que este é exatamente o mesmo exercício à escala que o Estado tem feito para poupar dinheiro em juros e, portanto, ir buscar dinheiro para pagar o PAEL para conseguir pagar os juros mais baixos e portanto, tal como a República o faz para poupar dinheiro, também achamos bem que o município o faça e vamos votar a favor.”

Prosseguiu **Telma Jorge**: “Nós também vamos votar favoravelmente, no pressuposto que este concurso foi aberto a várias instituições que concorreram a várias instituições privadas para pagar ao Estado a dívida do PAEL, a melhor proposta foi aquela que passou.”

Dizer apenas que a Lei que regula o PAEL, é omissa quanto à interrupção do processo de empréstimo e consequentemente quanto ao cair dos compromissos limitadores da autonomia.

A leitura que fazemos e decorre do bom senso, que é a autarquia ter capacidade para o fazer, ou seja, recorrendo a este empréstimo está a substituir a dívida que tinha ao Estado no âmbito do PAEL por outro empréstimo a outra entidade e é essa entidade que vai ficar vinculada e os compromissos vão ser com essa entidade.

Com este empréstimo, a câmara recupera a sua autonomia face ao Estado e deixa de estar amarrada aos compromissos que estava no âmbito deste programa que teve de assumir.”

Interveio **Carla Roma**: “No nosso entender é uma operação vantajosa para o município uma vez que permite o pagamento de juros mais baixos e sem penalização por amortização antecipada.”

Lamentamos que se mantenham os condicionamentos do município às restantes obrigações a maximização das taxas, dos impostos, redução de despesas, com os quais ficámos condicionados aquando da candidatura ao PAEL.”

Continuou **Sara Domingos**: “Estamos de acordo com o que foi dito pelas outras bancadas, também iremos votar favoravelmente, uma vez que esta situação resultará numa poupança estimada em 50 mil euros até ao final do PAEL.”

Referiu **Pedro Gonçalves**: “É de saudar este empréstimo porque temos que poupar dinheiro e o dinheiro poupado pode servir para algumas obras, não é senhora Fernanda Alves?”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM

O ponto número um “**Empréstimo – Operações de Substituição de Dívida – PAEL**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO DOIS

EMPRÉSTIMO PARA INVESTIMENTO ATÉ 930 000 EUROS

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Nós vamos votar favoravelmente. ----- Primeiro porque é para a comparticipação de Fundos Comunitários, aliás, o senhor Presidente já fez um resumo dos investimentos que aqui vêm referidos, isso é fundamental para esses investimentos. -----

Por outro lado, a ampliação do cemitério também dispensável neste momento devido à pré-ruptura do cemitério, é urgente o alargamento. -----

O alargamento da estrada da Barroca, que é uma obra que já vem do anterior mandato, mas de qualquer forma, é bom que se finalize.” -----

Intervenção **Fátima Roldão**: “Sobre este ponto, vamos também votar favoravelmente, mas gostaria de fazer aqui algumas considerações: -----

O empréstimo cuja aprovação nos é proposto até 930.000 euros, destina-se a cobrir a eventual necessidade de mobilizar financiamento da contrapartida nacional para diversos projetos a executar proximamente no nosso concelho. -----

Como é explicado na proposta, esta necessidade resulta de as disponibilidades existentes terem muito provavelmente de serem mobilizadas para um pagamento imprevisto relativo ao pavilhão da escola Ruy D'Andrade. -----

Aprovaremos este empréstimo na formulação que nos é proposta, com um teto máximo que poderá ou não ser atingido, pois julgamos não dever desperdiçar os cofinanciamentos comunitários que poderão ser encaminhados para o Entroncamento através do PDR 2020. -----

Ainda assim, apelamos por parte do executivo, que sejam desenvolvidos esforços para que, na medida do possível, ainda sejam recuperados os 746.000 euros a pagar pelo pavilhão, mesmo que não seja no todo, pelo menos em parte. -----

Nestas circunstâncias, a nossa capacidade de investimento não seria tão enfraquecida e mais projetos poderiam ser desenvolvidos. “ -----

Prosseguiu **Pedro Gonçalves**: “Vamos votar favoravelmente, mas lamentamos que este encaixe de dívida aconteça, ainda por cima por causa de uma obra que supostamente, como aqui foi referido, tinha um custo zero para a câmara.” -----

Continuou **José Baptista**: “Em primeiro, este é mais um empréstimo que vem a esta assembleia, nós votaremos de forma diferente dos outros empréstimos que vieram noutras reuniões, em que as justificações eram muito parcias e, portanto, aqui, nós sabemos para que é que o município quer utilizar o dinheiro, em que investimentos e essencialmente para comparticipação de Fundos Comunitários e, portanto, votaremos a favor. -----

Em segundo, já foi aqui falado na história da escola Ruy D'Andrade e faz sentido não nos esquecermos que havia uma previsão que o Governo financiasse essa mesma construção do pavilhão e foi na atualidade que foi decidido não financiar esse mesmo pavilhão e, portanto, é uma inerência do próprio Governo das esquerdas, que tem decisão nisto.” -----

Manuel Martins referiu: “Temos aqui um empréstimo que é necessário fazer. ----

Em primeiro lugar devido às anomalias processuais da construção da Escola Ruy D'Andrade. -----

A questão do cine-teatro que se tivesse resolvido de outra forma atempadamente, não estaríamos agora aqui a tentar arranjar uma solução de alguma forma dispendiosa. -----

Quanto à recuperação do pavilhão, também voltamos à questão de uma obra em que este pavilhão estava contemplado e devido às falhas, ao que o anterior executivo fez, ou não fez, ou desfez, ou refez, o pavilhão não apareceu e lá temos nós que avançar.

De uma forma geral, olhamos para este empréstimo e três quartos dele é da responsabilidade do PSD e podíamos mandar a fatura, mas é impossível fazê-lo.” -----

Referiu **António Ferreira**: “Nós estamos a trabalhar bem em termos dos projetos que foram feitos, em termos dos empréstimos que estão a ser feitos, agora, é inadmissível, que o quadro comunitário esteja como está, esteja do passado e continua a estar neste momento, porque estas obras já não vão ser feitas até ao final deste mandato, vão passar para o mandato a seguir.” -----

O Estado está neste momento a tentar empurrar para as autarquias, alguns investimentos que são da sua responsabilidade, nas áreas da cultura, educação e outras.”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS

O ponto número dois “**Empréstimo para Investimento até 930.000 euros**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2016/2017

Interveio **Fernanda Alves**: “Este é um assunto recorrente na assembleia, não há muito a dizer, decorre daquilo que é a lei.” -----

Gostaria de realçar um ponto relativamente a uma notícia que surgiu, que é a questão de aqui no Entroncamento, haver o fornecimento de comida vegetariana nas escolas e que está a ter o apoio da câmara.” -----

O facto de haver numa escola três alunos de uma família de quatro, cuja família é vegetariana e os pais propuseram e a câmara apoiou e aceitou, tal como as escolas, é uma boa medida e gostava só de realçar, o que se chama uma escola para todos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS

O ponto número três “**Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais para Fornecimento de Refeições Escolares para o Ano Letivo 2016/2017**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO

PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO ARTIGO 13º E 13º-A DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – RMUE

Pidiu a palavra **José Baptista**: “Nós tendo aprovado o regulamento e este ser uma questão que creio não foi considerada na altura no projeto que foi a discussão, e que foi votado, sendo que este que tem um articulado novo, esta questão que estamos a ver agora não tem que ser colocada a consulta pública durante 30 dias?” -----

O anterior regulamento depois de ter sido aprovado em reunião de câmara, foi a consulta pública 30 dias e não sei se este artigo terá que ir ou não.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Daquilo que eu li com a alteração que se propõe, acaba por ser uma clarificação em relação a algumas situações que talvez não fossem tão percutíveis e pretende-se assim, que o regulamento seja mais eficaz na sua aplicabilidade.” -----

Não existe aqui nenhuma alteração ao espírito do regulamento, o regulamento mantém a sua integridade formal, o que existe é uma desarticulação e uma conformidade com o novo articulado, mas que tem a ver com o espírito do regulamento que foi aprovado. -----

Se os senhores deputados entenderem que deve haver um parecer jurídico em relação a isto, podemos passar para uma nova assembleia, do meu ponto de vista, acho que não existe essa necessidade, aliás, em fiz questão de enviar o artigo 13º para que possam agora ter a percepção do que é o artigo 13º e o 13ºA, para perceberem que no fundo trata-se de uma melhor clarificação e aplicabilidade do regulamento.” -----

Interviu **José Baptista**: “Compreendo aquilo que está a dizer, a questão é só porque efetivamente na Lei que regula, diz que os projetos de regulamento que são elaborados pelos municípios, têm que estar em consulta pública durante 30 dias, este artigo específico não esteve e a questão é, se nós temos já alguma justificação dos serviços jurídicos do município em que devemos deliberar assim, se assim houver, poderemos prosseguir já com a discussão e votação, ou se não há!” -----

Prosseguiu **Mário Balsa**: “Esta clarificação ao regulamento, surge exatamente daquilo que o senhor deputado José Baptista falava de um parecer dos serviços jurídicos, foi exatamente a responsável pelos serviços jurídicos a Dra. Fátima, que sugeriu esta clarificação ao artigo, para o tornar de maior percepção e para fazer com que o regulamento tivesse uma leitura mais fácil.” -----

Continuou **Marco Geração**: “A bancada do Bloco de Esquerda quer saber se vamos abordar este ponto dentro da lei. -----

Antes de fazer qualquer tipo de considerando, nós temos vários considerandos a fazer a esta alteração, seria oportuno termos a certeza daquilo que estamos a dizer, porque relativamente àquilo que a bancada do PS considera ser algo muito pacífico, algo que se pode tratar já, talvez não seja! -----

Apelo mais uma vez a quem de direito nesta assembleia, que tome as medidas necessárias e que tenha a certeza que estamos a decidir dentro da lei.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Independente das situações, se qualquer cidadão ou membro desta assembleia se sentir lesado, ou entender que algum documento aqui aprovado viola a Lei, ou foi aprovado de forma contrária à Lei, pode requerer sempre a sua impugnação. -----

Obviamente que não é isso que nós pretendemos, estamos a trabalhar para o nosso concelho, que haja aqui clareza e a percepção de tudo aquilo que votamos. -----

No contexto que nos é dado, não existe aqui nenhuma alteração ao regulamento, aliás, nós já tivemos situações, em que são propostas alterações de regulamentos, que apesar de ser só de um artigo, altera efetivamente aquilo que se pretende com o regulamento, aí existe a alteração do regulamento, o que não é aqui o caso. -----

O que os serviços municipais pretendem na aplicabilidade, porque agora está a ser aplicado, é que houvesse uma melhor compreensão e aplicabilidade do regulamento, havia a necessidade de clarificar o artigo 13º, torná-lo mais percepção e era preciso dizer mais qualquer coisa, mas que não vem cair do céu, não é nada inventado ou que surge do exterior, faz parte do próprio regulamento só que é colocado no artigo 13ºA.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “Concordo plenamente com o senhor Presidente da Assembleia, se tivermos dúvidas requeremos um parecer e salvaguarda todas as nossas posições aqui. -----

O Bloco de Esquerda levantou a questão e muito bem, em termos da nossa segurança estarmos a aprovar uma coisa que é legal ou não, eu fiquei na mesma. -----

Eu vou, por aquilo que o senhor Presidente disse, requerer um parecer e em função daquilo que estiver no parecer, aprovamos.” -----

Pedro Gonçalves referiu: “Quando não sei recorro a alguém e eu recorri aos nossos serviços jurídicos e neste momento estou como o senhor Presidente da Assembleia e o senhor António Ferreira, eu queria um parecer.” -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves**: “Compreendendo tudo aquilo que foi aqui explanado, as dúvidas que surgiram e legítimas, nós todos na assembleia e como há pouco referi, não queremos cometer nenhuma ilegalidade. -----

A explicação que foi dada eu comprehendo-a dessa forma, é uma clarificação que em nada vai alterar o conteúdo do regulamento. -----

Não consigo conceber que o senhor Presidente da Assembleia Municipal trouxesse este assunto à assembleia de achasse que ele estava ilegal.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Daquilo que conheço do Código do Procedimento Administrativo e das regras administrativas, não existe uma alteração ao regulamento e por isso, não tenho qualquer problema em colocar e votar favoravelmente esta alteração, trata-se de uma simplificação que os serviços vieram acautelar, obviamente que passa pela assembleia municipal uma vez que só ela pode alterar uma coisa que aprovou. -----

De qualquer forma, como não quero pressionar a assembleia, coloco à vossa consideração este assunto. -----

Pedi a palavra o senhor **Presidente da Câmara**: “Agradeço a discussão e penso que é importante, embora ache curioso que esta questão tenha sido levantada pelo senhor deputado municipal do PSD, que é sempre muito senhor da sua sabedoria e agora numa questão jurídica, (que é a sua formação profissional) lança esta dúvida e perante as afirmações e os esclarecimentos do senhor Presidente e além disso o senhor deputado Mário Balsa já referiu que esta clarificação foi sugerida pelos serviços jurídicos da câmara, pela Dra. Fátima Rosa, a câmara entendeu que não houve qualquer ilegalidade, mesmo o único voto contra desta clarificação da senhora vereadora do PSD, não foi invocada essa situação. -----

Além disso, recordo que de acordo com o CPA e o número 1, do artigo 100, diz: “*Tratando-se de regulamento que contenha disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o responsável pela direção do procedimento submete o processo de regulamento num prazo razoável, mas nunca inferior a 30 dias a audiência dos interessados como tal se tenha constituído no procedimento*”, nós fizemos isso relativamente ao regulamento, cumprimos todos estes passos, demos a total divulgação porque tratava-se como foi dito aqui da alteração substancial de um regulamento. -----

O que estamos aqui a fazer é uma mera clarificação, é o artigo 13º que apelava para dois artigos do RGEU e com isso a sua aplicação se revelou complexa, estamos a clarificar o artigo 13º direcionado para um artigo do RGEU. -----

Acho esta preocupação da assembleia legítima, que eu também obviamente partilho, eu próprio sou, não digo mais, mas tão interessado de todos os presentes aqui em que todas as decisões sejam devidamente suportadas na lei, e, portanto, não nos passava pela cabeça sequer, trazer aqui alguma coisa que não tivesse o enquadramento legal adequado. -----

Se esta assembleia levantasse dúvidas razoáveis, eu era o primeiro a sugerir que fosse retirado, agora, esta questão, foi lançada por mera demagogia política, peço desculpa, a pessoa que o lançou, o senhor deputado José Miguel, é uma pessoa que é sempre afirmativo naquilo que diz. -----

Acho que os interesses do município são prejudicados com este adiamento, não é uma questão de clarificação jurídica, é uma questão meramente de demagogia política e já agora, em política não vale tudo e vale também educação e delicadeza.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “O que podemos fazer é o seguinte: Votarmos esta situação e depois perguntarmos se a nossa votação e análise foi de acordo com a lei. -----

Também é minha obrigação enquanto Presidente da Assembleia Municipal, é trazer aqui coisas para serem votadas de acordo com a lei. -----

Posteriormente pedimos aos serviços da Associação Nacional de Municípios, (que eu já percebi que a CCDR em relação a um parecer que pedimos tarda em responder) se a nossa tomada de posição esteve de acordo com a lei para todos ficarmos descansados.”

Pedi a palavra **José Baptista**: “Nós levantámos uma questão que achamos pertinente, houve bancadas que nos acompanharam naquilo que nós dissemos, a má vontade não é do Partido Social Democrata e quanto aos considerandos do senhor Presidente da Câmara, não os vou comentar porque são absolutamente lamentáveis. -----

Portanto, se o senhor Presidente da Assembleia entender fazer uma votação, nós votaremos como entendermos, se o senhor Presidente da Assembleia entender pedir um esclarecimento, nós aceitaremos pedir o esclarecimento, estamos abertos a todas as soluções, não estamos aqui para arranjar problema nenhum, não há nada de mansinho, é tudo às claras.” -----

Intervieio **Carla Roma**: “Acho que é natural as dúvidas existam e é um processo saudável termos colocado as questões e as dúvidas que temos. -----

Tenho alguma dificuldade em considerar esta alteração como uma mera reformulação, ou um mero ajuste de pormenor, uma vez que me parece que aquilo que se trata aqui, é de repor um artigo que tinha caído no anterior regulamento, não é só clarificar algumas ideias. -----

Trata-se de um artigo que caiu por distração ou esquecimento, e que agora está a ser reposto e, portanto, é aí que eu acho que surgem algumas dúvidas. -----

Acho que esta discussão é pertinente e faz sentido.” -----

Prosseguiu **Pedro Gonçalves**: “Não é que nós vejamos contra, porém, tenho dois pareceres de dois juristas distintos, contraditórios, um diz que podemos votar e o outro diz que não podemos votar sem consulta pública. -----

O CDS não é contra este artigo, é contra o procedimento.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Proponho que se retire o ponto devido a esta discussão. -----

O regulamento neste momento só tem um problema, não está muito bem, não está muito claro, para nós, o que não está claro neste momento, é sabermos se devemos ou não votar este assunto. -----

Nós queremos de facto um parecer, até pode ser o parecer da Dra. Fátima e aí há uma responsabilização da Dra. Fátima.” -----

Prosseguiu **António Rodrigues**: “Fiquei um pouco confuso, porque o senhor Presidente da Câmara disse há pouco, que este assunto passou pelo departamento jurídico do município e acho uma certa estranheza o ponto recuar, acho que o ponto devia ser discutido e votado sim ou não. -----

Este ponto devia permanecer, o prejuízo deste ponto ser retirado irá lesar os munícipes do Entroncamento.” -----

Intervieio **Marco Geração**: “Nós estamos a favor da inclusão deste ponto, o que nós não percebemos depois das palavras do senhor deputado do PS, ao dizer que era um

fator importante a inclusão deste artigo, nós queremos perceber se realmente este artigo tem a importância que tem, ou este artigo não tem a importância que tem. -----

Segundo as palavras do senhor Presidente, parece que não existe nenhuma alteração, as coisas são muito simples e muito diretas, aquilo que me dizem deste lado, é que não. -----

Fazendo o considerando do que aconteceu, isto foi feito de uma forma muito apressada, deixaram o regulamento algo esburacado, tiveram que recuperar o antigo artigo 9º do antigo regulamento para conseguirem tapar o buraco, acho muito bem que o façam e acho que devia ser incluído e também acho que devia ser incluído se houver um quadro legal que o permita. -----

Se realmente este artigo tem a importância que tem, deverá haver uma consulta pública que demora 30 dias, em que é que nós ficamos? -----

Realmente tem que estar 30 dias a consulta dos municípios, ou realmente não tem importância nenhuma e podemos votar já.” -----

Pedi a palavra **Mário Balsa**: “Começar por dizer e reafirmar. Trata-se de uma clarificação àquilo que já existe no regulamento, não se trata de alteração de fundo ao regulamento, não se trata de trazer nada de novo ao espírito do regulamento, é uma clarificação do texto, é no fundo, separar duas questões que estavam juntas na mesma redação, como disse o senhor Presidente da Câmara e dar-lhe dignidade diferente em dois artigos o 13º e o 13ºA. -----

Tendo em conta o que se levanta aqui, e pelos vistos, estamos todos de acordo à introdução desta clarificação no regulamento, penso que podemos, na minha opinião, podemos pedir essa clarificação perfeitamente, até porque não é por causa destas questões que dentro de 30 dias não teremos o assunto resolvido.” -----

Referiu **Rui Bragança**: “Depois do que disse o senhor Mário Balsa, acabei por ficar mais tranquilo, porque a minha única dúvida, é que temos um regulamento aprovado, não podemos esperar 30 dias para alterar isto, há alguma coisa que tenha de ser aprovada, que este ponto tenha que ser aprovado hoje e fique pendurado? Está-me a fazer um bocado de confusão, 30 dias é assim tão grave?” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Vou colocar à votação a proposta da CDU que se retire este ponto da Ordem dos Trabalhos e que seja pedido aos serviços jurídicos da câmara um parecer em conformidade, dizendo que não existe qualquer problema e que a assembleia pode votar sem a necessária consulta pública. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO

O ponto número quatro “**Proposta – Alteração do Artigo 13 e 13ºA do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – RMUE**” foi retirado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO

APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

Pedi a palavra **Fernanda Alves**: “Só vou falar numa pequena informação e que tem a ver com a Festa da Flor. -----

A Festa da Flor é uma atividade desenvolvida pelo executivo, à qual foi pedido à assembleia municipal que contribuisse, houve um contributo de algumas pessoas de facto e aquilo que peço ao senhor Presidente da Assembleia é que caso seja para

participar nestas atividades o que é de louvar, que haja um maior envolvimento das pessoas, ou se tente que as pessoas se envolvam mais.” -----

Pedro Gonçalves, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se podia informar se o Liceu Camões ainda é propriedade da IP, ou não. -----

Intervençao António Ferreira: “Em relação à Festa da Flor, acho que nós devíamos envolver a população de outra forma, já há projetos desses em outras cidades, que é colocar a população, da forma como se fez a Festa da Flor, a cuidar dos jardins próximos das suas habitações, a plantar flores, a criar um ambiente natural. -----

Não digo que a ideia que havia no passado de aproveitar resíduos, garrafas de plástico e outras coisas, para lhe dar alguma utilidade e enfeitar a cidade, não tivesse interesse. -----

Comprar quantidades enormes de plástico para colocar nas ruas, acho que em termos ambientais não é adequado, não é ecológico.” -----

Referiu **José Baptista**: “A primeira nota, é para felicitar o município pela execução das Festas da Cidade. -----

A segunda nota, é para agarrar aquilo que foi agora dito pela CDU, sobre o modelo da Festa da Flor, ele pode ser discutido, debatido por quem entender, há uma iniciativa muito interessante tem efetivamente a ver com a qualidade e manutenção dos jardins da cidade e de cada uma das pessoas dos vários jardins particulares, isso sim, era uma iniciativa muito importante e com grande capacidade de adesão. -----

A terceira nota, felicitar e pedir ao município que tenha especial atenção, sobre uma questão que já aqui foi levantada e tem a ver com o trabalho dos funcionários do município e nomeadamente aqueles que trabalham fora do seu período normal de atividade e isso aconteceu durante as Festas da Cidade, as pessoas não vivem de tempo, nem de horas, os ordenados são tão baixos, que se nós pudermos permitir que um funcionário possa ganhar mais, não é por causa disso que não o devemos fazer. -----

Por isso, as festas só aconteceram porque os funcionários do município se empenharam nelas, e foi assim que aconteceu no passado e, portanto, não estou aqui a fazer demagogia. -----

Por fim, uma proposta ao município, visto que não houve nenhuma referência na reunião de câmara específica ao dia da cidade, que aconteceu no dia 20 de junho, dar indicação ao município que seria simpático no dia do concelho, 24 de novembro, em que há algumas condecorações, uma cerimónia mais festiva do concelho. Fazer um singelo agradecimento em nome do município, ao Pedro Dionísio e à Televisão do Entroncamento na pessoa do senhor Vítor Ventura, que fizeram uma das obras mais identificativas e reconhecidas do Entroncamento dos últimos tempos, o vídeo clipe que foi feito da música do Pedro, foi partilhado por milhares de vezes nas redes sociais e por tudo quanto foi sítio e hoje, é sem dúvida nenhuma o único cartão de visita que o Entroncamento tem digital nas redes. -----

Esta é a forma de comunicação do século XXI, é assim que nós conseguimos chegar a algum lado e, portanto, acho que era de todo o interesse que o município no dia 24 de novembro, fizesse uma homenagem pública, através de reconhecimento público ao Pedro Dionísio e à Televisão do Entroncamento, na pessoa do Vítor Ventura. “ -----

Segue-se a intervenção do senhor **Presidente da Câmara**: “Tendo em conta o adiantado da hora vou tentar ser rápido e também pelo adiantado da hora os senhores deputados acabaram por colocar poucas questões relativamente à informação que foi presente. -----

Agradeço as sugestões, e vamos ter em devida conta para avaliação das sugestões.

Penso que todos estaremos de acordo, que algumas situações ligadas com as ervas na nossa cidade, não estão naquela situação que nós gostaríamos. -----

Não sendo uma questão de desculpa, é só uma questão de partilhar convosco algumas dificuldades, mas houve aqui uma conjugação de alguns fatores, entre os quais o fator climático, a questão dos químicos, mas também uma situação de avarias de um conjunto de máquinas em simultâneo, que dificultaram muito o ataque quando foi possível, tivemos um período em que não era possível, depois tinha-se que se fazer com grande intensidade e aí houve um conjunto de equipamentos avariados, uns já ultrapassados, outros não. -----

Isto é uma partilha das dificuldades também, como nós temos tido a preocupação de reduzir o número de pessoas que estão nos chamados programas ocupacionais, porque também partilhamos que é uma forma, por um lado deve ser uma forma de integrar pessoas que estão a receber subsídios, mas não deve ser uma forma de essas pessoas ocuparem postos de trabalho permanentes, mas obviamente que temos vindo a trabalhar intensamente para se fazer essa recuperação em tempo. -----

Relativamente à questão do loteamento do Casal Saldanha, é um assunto complexo, quando passo lá não gosto do que vejo, como qualquer um de vós obviamente. -----

Nós recebemos a chamada receção provisória daquele loteamento em 6 de outubro de 2015 e de acordo com as condições contratuais é da responsabilidade do loteador a manutenção durante dois anos e a entrega no final dos dois anos aqueles espaços verdes nas condições devidas. -----

Acontece que o loteador está na condição de falência, estamos a iniciar o processo para fazer a execução da garantia bancária para salvaguardar essa situação e com a situação do loteador em processo de falência, tem sido difícil falar com os responsáveis e exigir a intervenção dessa empresa. -----

Relativamente ao PAEL que na opinião da CDU, esta alteração do financiamento que aprovamos hoje tinha consequências na eliminação dos condicionantes que se aplicam ao município em resultado do anterior executivo ter recorrido ao PAEL, respeito a opinião, mas as opiniões técnicas e jurídicas e a leitura simples dessa legislação dizem-nos o contrário. -----

Quanto à Festa da Flor, penso que é uma iniciativa que deve ser contextualizada e reavaliada, que é isso que estamos a fazer. -----

Recordo esta assembleia, quando nós iniciámos a Festa da Flor, tínhamos um contexto de desperdício de sacos de plástico grande, aliás, uma das medidas positivas tomada pelo anterior executivo, foi a medida que tomou em termos ambientais relativamente à questão dos sacos de plástico, na primeira realização da festa, foi um apelo à utilização de sacos de plástico. -----

Nós também partilhamos destas reflexões apresentadas e também já refletimos noutras hipóteses e vamos tentar para o próximo ano incorporar algumas destas ideias. -----

É sempre importante referir, de apesar de todas as situações que estão plasmadas na nossa informação, continuamos num processo claramente de redução da dívida, por exemplo entre as duas assembleias deste ano e do ano anterior, reduzimos 30% da dívida a fornecedores, o que é também um apoio à economia local. -----

Falou-se muito aqui da questão do Centro Cultural, nós temos vindo a fazer aquilo que na nossa ótica é o aproveitamento possível da infraestrutura que existe, com os condicionamentos que existem, que quer o Manuel Martins e o Mário Balsa claramente apresentaram. -----

Na última reunião e a senhora deputada Kelly não esteve presente, fiz um pequeno apanhado das atividades culturais desenvolvidas e no mesmo período de tempo, este executivo teve 196 iniciativas de natureza cultural, o executivo anterior no mesmo período teve 96. -----

Para quem aqui dizia que não se fazia nada no Entroncamento, parece que antes se fazia muito e agora faz-se pouco. -----

É esta a nossa preocupação, tentar usar os equipamentos e rentabilizá-los com as suas condicionantes. -----

Relativamente às questões, tomei nota delas, da iluminação do Entroncamento, se a senhora deputada quiser fazer chegar os locais aonde há essas situações agradece a e às outras situações, vamos tomar a devida conta e tentar dar seguimento a elas.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Antes de terminar, queria fazer dois agradecimentos, à comunicação social que nos acompanha, à TVE, ao Entroncamento online, ao Notícias do Entroncamento, ao Médio Tejo Digital, que nos acompanham nestas assembleias, por vezes esquecemo-nos que estão ali e no fundo, levam a mensagem e aquilo que aqui se passa. -----

Desejar umas boas férias a todos e agradecer uma vez mais esta situação do futebol, valeu a pena porque ganhámos.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando era uma hora e dez minutos, do dia um de julho. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1^a. Secretária:

A 2^a Secretária: